



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

PARECER PRÉVIO Nº 063/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 11161/2014.

Apenso: Processo 10658/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Uarini.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sr. Carlos Gonçalves de Souza Neto, Prefeito de Uarini.

6- Unidade Técnica: Relatório Conclusivo nº 128/2015-DICOP (fls. 7668-7788).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3615/2015-MPC-EFC (fls. 7789-7797) - Procuradora de Contas Evelyn Freire de Carvalho.

8- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Uarini. Exercício de 2014.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

• **EMITE PARECER PRÉVIO** recomendando ao Poder Legislativo Municipal de Rio Preto da Eva a **DESAPROVAÇÃO da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Uarini, exercício 2013**, sob a responsabilidade do Sr. Carlos Gonçalves de Souza Neto, Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do §5º do art. 127 da CE/89, c/c o inciso I do art. 18 da LC nº 6/91, em decorrência de atos praticados



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 063/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO

com grave infração às normas legais em relação a todas as impropriedades não sanadas do relatório conclusivo DICAMI - 01, 02, 04, 07, 15 (fls. 928-958) e de relatório conclusivo da DICOP - 1.1 a 13, 1.6, 1.8, 1.10 a 1.24, 2.2 a 2.27, 3.1 a 3.10, 3.13 a 3.27, 4.1, 4.2, 4.6, 4.8 a 4.26, 5.1 a 5.5, 5.9 a 5.31, 6.1 a 6.4, 6.7, 6.8, 6.10, 6.11, 6.14 a 6.27, 7.1 a 7.3, 7.5 a 7.26, 8.1, 8.2, 8.4 a 8.11, 8.13, 8.15 a 8.20, 8.22 a 8.27, 9.1 a 9.3, 9.8 a 9.12, 9.16 a 9.29, 10.1 a 10.38 (fls. 7.668-7.788);

• **DETERMINA** à **Câmara Municipal de Uarini** o cumprimento no art. 127, §§ 5º, 6º e 7º, da Constituição do Estado do Amazonas, **EM ESPECIAL O PRAZO DE 60 DIAS** para o julgamento das contas.

10- Ata: 39ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 8 de novembro de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello.

12.1 – Auditor-Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral





Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº 063/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 063/2016-TCE-Tribunal Pleno)

a 6.4, 6.7, 6.8, 6.10, 6.11, 6.14 a 6.27, 7.1 a 7.3, 7.5 a 7. 26, 8.1, 8.2, 8.4 a 8.11, 8.13, 8.15 a 8.20, 8.22 a 8.27, 9.1 a 9.3, 9.8 a 9.12, 9.16 a 9.29, 10.1 a 10.38 (fls. 7.668-7.788);

9.1.2 – considerar em alcance o Sr. Carlos Gonçalves de Souza Neto no valor de R\$ 3.010.761,57 (três milhões, dez mil, setecentos e sessenta e um reais e cinquenta e sete centavos.), nos moldes do art. 304, VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, pela despesas não comprovadas conforme tabela levantada pela DICOP (abaixo):

Tabela 2 - Contratos/Licitações - Resumo dos Valores não identificados após a análise da DICOP do Exercício de 2013 da Prefeitura Municipal de Uarini.

ITEM	OBJETO	CONTRATO	VALOR (R\$):
1.0	Reforma da Quadra Poliesportiva Antônio Soares	Não Identificado	R\$ 145.345,85
2.0	Construção de Uma Escola de 06 (seis) salas de Aula	002/2013	R\$ 634.996,17
3.0	Reforma do CRA S	087/2013	R\$ 134.276,31
4.0	Reforma da Escola Municipal Ednelza Bezerra Trindade	Não Identificado	R\$ 133.567,78
5.0	Reforma do Gerenciamento de Endemias	Não Identificado	R\$ 104.024,75
6.0	Reforma da Praça Municipal Jocunda Lopes	Não Identificado	R\$ 65.960,00
7.0	Reforma do Estágio Municipal Dorval de Jesus	Não Identificado	R\$ 71.778,31
8.0	Reforma do Centro de Saúde Mário Lopes	Não Identificado	R\$ 140.650,00
9.0	Reforma da Creche Padre Francisco Balsimans	Não Identificado	R\$ 59.170,00
10.0	Reforma da Escola Municipal Maria Marcelina	Não Identificado	R\$ 145.228,98
11.0	Reforma da Escola Municipal Azenilda Braga Lopes	Não Identificado	R\$ 145.228,98
12.0	Reforma da Escola Municipal Dr. Carlos Braga	Não Identificado	R\$ 139.100,00



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº 063/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 063/2016-TCE-Tribunal Pleno)**

13.0	Reforma do Prédio da Prefeitura	031/2013	R\$ 127.165,35
14.0	Construção de Consultório Odontológico anexo do Centro de Saúde Mario Lopes	004/2013	R\$ 90.022,00
15.0	Reforma do SAAE	Não Identificado	R\$ 58.200,00
16.0	Reforma da Feira Coberta do Produtor Rural	047/2013	R\$ 130.950,00
17.0	Reforma do Alojamento da Polícia Municipal	046/2013	R\$ 92.150,00
18.0	Reforma da SEMSA	Não Identificado	R\$ 36.514,80
19.0	Reforma do Anexo da Escola Municipal Carlos Braga	Não Identificado	R\$ 76.781,16
20.0	Reforma da Praça Anfiteatro	Não Identificado	R\$ 34.965,02
21.0	Reforma da SEMED	Não Identificado	R\$ 77.170,77
22.0	Reforma do Cemitério	Não Identificado	R\$ 35.134,96
23.0	Reforma do PRO JOVEM	Não Identificado	R\$ 38.800,00
24.0	Reforma do Porto	Não Identificado	R\$ 43.650,00
25.0	Reforma da Quadra Coberta Pedro Cordovil	Não Identificado	R\$ 249.930,38
TOTAL			R\$ 3.010.761,57



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 4

ACÓRDÃO Nº 063/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 063/2016-TCE-Tribunal Pleno)

9.1.3 - aplicar multa ao Sr. Carlos Gonçalves de Souza Neto, Prefeito e Ordenador de Despesas:

- **no valor de R\$ 13.152,36 (treze mil cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos), R\$1.096,03 x 12 meses**, na forma do inciso II do art. 308 da Resolução 4/2002 (RITCE/AM), em razão de inobservância de prazos legais para remessa ao Tribunal, por meios informatizado, de balancetes, balanços, informações, demonstrativos contábeis ou quaisquer outros documentos solicitados (irregularidade 01 do Relatório Conclusivo);
- **no valor de 43.841,28 (quarenta e três mil, oitocentos e quarenta um reais e vinte e oito centavos)**, nos termos do inciso VI do art. 308 da Resolução 4/2002 (RITCE/AM), com base no valor disciplinado à época, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais relacionadas a todas as impropriedades não sanadas do relatório conclusivo DICAMI - 01, 02, 04, 07, 15 (fls. 928-958) e de relatório conclusivo da DICOP - 1.1 a 1.3, 1.6, 1.8, 1.10 a 1.24, 2.2 a 2.27, 3.1 a 3.10, 3.13 a 3.27, 4.1, 4.2, 4.6, 4.8 a 4.26, 5.1 a 5.5, 5.9 a 5.31, 6.1 a 6.4, 6.7, 6.8, 6.10, 6.11, 6.14 a 6.27, 7.1 a 7.3, 7.5 a 7.26, 8.1, 8.2, 8.4 a 8.11, 8.13, 8.15 a 8.20, 8.22 a 8.27, 9.1 a 9.3, 9.8 a 9.12, 9.16 a 9.29, 10.1 a 10.38 (fls. 7.668-7.788);

9.1.4 – fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres da Fazenda Estadual dos valores das multas impostas, com comprovação perante este Tribunal, tudo em conformidade com a alínea “a” do inciso III do art. 72 da Lei estadual nº 2.423/96, c/c o §4º do art. 174 da Resolução nº 4/2002 (RI-TCE/AM), corrigidos monetariamente, caso o recolhimento ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei 2.423/96);

9.1.5 - remeter os autos à DICREX para que efetue os procedimentos previstos no art. 3º da Resolução nº 3/2011-TCE, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução;

9.1.6 - determinar à Origem, nos termos do art. 188, §2º, do Regimento Interno/TCE-AM, que:

- mantenha todos os documentos contábeis, jurídicos, processos licitatórios e os comprovantes de despesas na sede da Prefeitura, sob pena de novamente a despesa executada ser glosada por este TCE/AM;
- encaminhe pelo sistema SAP os dados necessários à apreciação da legalidade dos atos de pessoal pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, observando o disposto na Resolução TCE/AM nº 16/2009;
- implemente rotinas de controle suficientes para manter atualizados os registros funcionais dos servidores;



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 5

**ACÓRDÃO Nº 063/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 063/2016-TCE-Tribunal Pleno)**

- atualize os registros cadastrais das empresas que participam de processos licitatórios, em conformidade com o artigo 36, §1º, e artigo 37 da Lei federal nº 8.666/1993;
- observe rigorosamente as regras da Lei municipal nº 106/1993, art. 1º e 2º, inciso I, com as alterações da Lei municipal nº 162/2001, em relação as prestações de contas das diárias do Poder Executivo;
- não atrase o envio das informações ao sistema e-contas, bem como o seu adequado preenchimento, nos termos da Resolução nº 07/02-TCE, c/c Resolução nº 10/2012-TCE/AM;
- encaminhe, no prazo estipulado, os Relatórios de Gestão Fiscal e os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária, nos termos da alínea “h” do inciso II do art. 32 da Lei estadual nº 2.423/96 e do §1º da Resolução nº 11/2009 c/c §3º do art. 165 da CF/88;
- dê publicidade aos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e Resumidos da Execução Orçamentária (RREO), dentro dos prazos estipulados pelo art. 52, c/c o §2º do art. 55, sob pena de multa por prática de infração administrativa (art. 5º da Lei nº 10.028/2000), quanto aos RGF;
- adote os procedimentos necessários à identificação e quantificação dos valores individualizada dos contribuintes devedores, para cobrança por meio de processos administrativos e/ou judiciais, sob pena de sanções do §1º do art. 22, da Lei estadual nº 2.423/96 (Lei Orgânica do TCE/AM) c/c a alínea “e” do inc. III do § 1º do art. 188 da Resolução nº 04/2002 do TCE/AM;
- nas licitações e contratos observe todas as regras estipuladas pela Lei federal nº 8.666/93, tais como as relacionadas ao: orçamento analítico (art. 6º, IX, “f” c/c art. 7º, § 2º, II da lei 8.666/93), projetos arquitetônicos (art. 6º, IX, “e” c/c art. 40, § 2º, I, da Lei federal nº 8666/93), diário de obra ou documento equivalente (art. 67, §1º, da Lei federal nº 8.666/93), laudo de vistoria (art. 67, §1º, da Lei federal nº 8.666/93), projeto básico aprovado pela autoridade competente (art. 6º, IX c/c art. 7º, § 2º, I, II, III, IV da Lei federal nº 8.666/93), entre outras;
- em caso de emergência, que só sejam adquiridos objetos necessários ao atendimento dessa situação, nos termos do inciso IV do art. 24 da Lei federal nº 8.666/93;
- realize procedimento licitatório, nos termos do art. 2º da Lei federal nº 8.666/93;
- utilize a modalidade licitatória conforme o caso, a fim de não



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 6

**ACÓRDÃO Nº 063/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 063/2016-TCE-Tribunal Pleno)**

violar o §5º do art. 23 da Lei federal nº 8.666/93;

- adote as medidas necessárias para a realização de concurso público, nos termos do inciso II do art. 37 da CF/88;
- atenda ao art. 45 da Constituição Estadual c/c art. 43 da Lei nº 2.423/96 que estabelece a Criação de Controle Interno no âmbito Municipal;
- cumpra os art. 48 e 48-A da Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c inciso II, art. 34 da Lei estadual nº 2.423/96 que estabelece a obrigatoriedade de observância dos instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público;
- cumpra com rigor a Lei federal nº 8.666/93 em especial: a) formalização do procedimento de licitação, dispensa e/ou inexigibilidade; b) Formalização dos Contratos firmados; c) Conste nos autos o Decreto de nomeação da Comissão de Licitação; d) Que faça constar nas notas de empenho no mínimo; d.1) número do processo e modalidade de licitação; d.2) elemento de despesa, sub elemento, classificação econômica, fonte, saldo do empenho; d.3) nome empresarial do credor e a CNPJ do credor; d.4) campo específico do valor unitário e quantidade; d.5) número do empenho sequencial e crescente; e) Que os processos de pagamentos sejam numerados sequencialmente e estejam acompanhado das respectivas nota fiscais, ordem bancárias, nota de liquidação da despesa, certidões negativas do credor etc.;
- observe as regras relacionadas à Lei federal nº 4.320/64, em especial as regras que tratam do patrimônio (capítulo III);
- atenda com rigor os artigos 14, 16, 20 e 26 da Lei federal nº 8.666/93 que versam sobre as compras da Administração Pública, bem como da formalização dos processos nos moldes previstos no art. 38 do mesmo diploma legal;
- observe, por último, que a reincidência, nas próximas Prestações de Contas, das determinações ora veiculadas, acarretará o julgamento da irregularidade da respectiva Conta, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do § 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM; e
- adote as melhores controles de arrecadação dos tributos municipais, bem como viabilizar a cobrança do IPTU dos moradores do município.

